

02 ABR 2014

GAZETA DO POVO

# Justiça anula contratos funerários

Empresas, que também foram proibidas de firmar novos contratos, são acusadas de burlar sistema de rodízio do setor em Curitiba

Amanda Audi e José Marcos Lopes

A Justiça declarou nulos os contratos firmados por três serviços de luto que operam em Curitiba. As empresas Luto Curitiba, Luto Araucária e Luto Máximo também foram proibidas de firmar novos contratos com clientes. A 1.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba determinou ainda que os réus deverão arcar com os danos causados, que ainda serão calculados.

A ação foi movida pelo Sindicato dos Estabelecimentos Funerais do Paraná (Sesfepar) e o juiz Carlos Eduardo Zago Udenal entendeu que as empresas burlam o sistema de rodízio de funerárias que funciona na cidade. As 26 funerárias que atuam em Curitiba estão submetidas a um rodízio, para manter um equilíbrio e evitar a disputa por corpos em locais de acidente, hospitais e no Instituto Médico Legal (IML).

Não há uma estimativa sobre o número de pessoas afetadas pela decisão. Em declaração de 2010, que consta do processo, a Luto Curitiba afirmou ter cerca de 20 mil contratos. A Luto Araucária

informava ter aproximadamente 10,5 mil clientes. Não há informações sobre a Luto Máximo. Boa parte dos contratos firmados por essas empresas, no entanto, são familiares — em alguns casos, valem até para oito pessoas ao mesmo tempo.

## Cobertura

Segundo o Sesfepar, os serviços de luto oferecem cobertura de funeral por 30 parcelas de R\$ 70, além de uma entrada de R\$ 50 e uma parcela trimestral fixa equivalente a 10,4% do salário mínimo, sem prazo para terminar. “O (funeral) que está no plano custa cerca de R\$ 900. Só com as parcelas, a pessoa já pagou mais que isso”, diz a advogada do sindicato, Lucyanna Lima Lopes. “Quem paga está fazendo uma poupança para o dono da empresa. A orientação para os clientes desses planos é que guardem as notas fiscais das despesas funerárias para serem futuramente reembolsados.”

## Rodízio

O rodízio de funerárias é estabelecido por lei municipal e somente as 26 empresas selecionadas por meio de licitação podem prestar serviços em Curitiba. O decreto que regulamenta a lei deixa uma brecha: moradores de outras cidades que morrem em Curitiba podem ser enterrados por funerárias de fora, sem que o serviço seja submetido ao rodízio.

Os planos de luto, entretanto, também enterram moradores de Curitiba. A reportagem apurou que as empresas passam pelo Serviço Funerário Municipal para liberar o corpo, mas orientam as famílias a solicitar o mínimo possível, com os menores preços, nas funerárias de Curitiba. Os demais serviços são fornecidos por funerárias da região metropolitana, o que caracteriza desrespeito à lei que instituiu o rodízio. Segundo a sentença, as empresas ainda determinam o local do enterro.

No processo, consta que há uma ligação entre a Luto Curitiba e a funerária Menino Deus, de Almirante Tamandaré. Já a Luto Araucária, segundo apurou a reportagem, subcontratava os serviços da funerária Santa Cruz, de Pinhais.

**“Quem paga [o plano funerário] está fazendo uma poupança para o dono da empresa. A orientação para os clientes desses planos é que guardem as notas fiscais das despesas funerárias para serem futuramente reembolsados.”**

Lucyanna Lima Lopes, advogada.

**CONTINUA**

02 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### RODÍZIO

#### Luto Curitiba vai recorrer da decisão

As 26 funerárias de Curitiba passam por um rodízio de serviços, para evitar a disputa por corpos em hospitais, locais de acidente e no Instituto Médico Legal (IML). Os funerais gratuitos (de pessoas sem condições financeiras, desconhecidos ou indigentes) também são distribuídos igualmente entre as permissionárias.

A Luto Curitiba informou que vai recorrer da decisão judicial que anulou seus contratos. O advogado da empresa, Julio Brotto, avalia que a Justiça não levou em conta uma perícia realizada no fim de 2010,

que teria apontado que as empresas atuavam em conformidade com a legislação.

Ele disse ainda que os contratos que dariam a entender que a empresa presta serviços funerários já foram corrigidos (só as 26 funerárias escolhidas em licitação podem atuar em Curitiba). A Luto Araucária não quis comentar o caso, pois ainda não havia sido notificada da decisão. A reportagem tentou contato com a Luto Máximo, mas no telefone que consta como sendo da empresa funciona outro plano funerário, chamado Unidos do Brasil. A secretária informou que a Luto

Máximo foi desmembrada da empresa.

#### Contato

A reportagem tentou ainda contato com o presidente do Sefepar, Gelcio Miguel Schiebelbein, mas foi informada que ele está viajando. O celular dele estava desligado. A assessoria da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (a quem está subordinado o Serviço Funerário Municipal) informou que a prefeitura de Curitiba não comentaria o assunto, pois não recebeu uma notificação oficial a respeito da decisão judicial. (AA E JML)

# 26 FUNERÁRIAS

atuam em Curitiba. Elas estão submetidas a um rodízio para evitar a disputa por corpos em locais de acidente, hospitais e no IML.

# R\$ 70

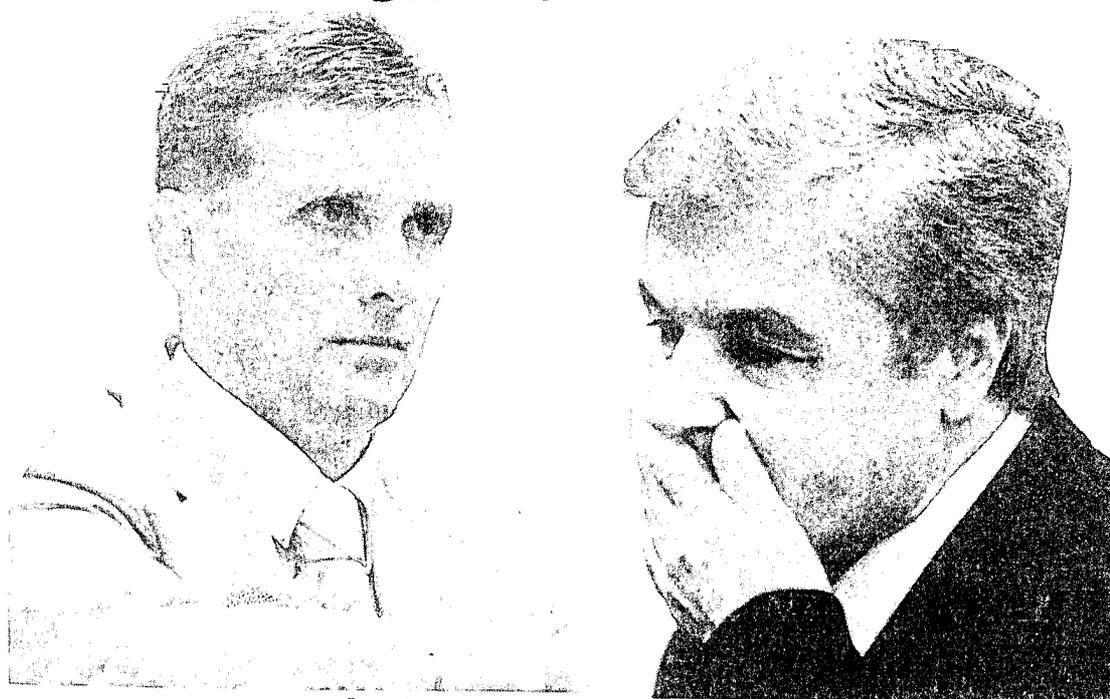
é o valor de cada uma das 30 parcelas dos planos funerários oferecidos em Curitiba, segundo o Sefepar.

# GAZETA DO POVO

Notas  
Políticas

02 ABR 2014

## Novela do TC



**A** Procuradoria da Assembleia Legislativa do Paraná deve se posicionar até a próxima sexta-feira a respeito da decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça que manteve **Fabio Camargo (foto à esq.)** afastado do Tribunal de Contas do Estado (TC). O presidente da Casa, **Valdir Rossoni (PSDB – foto à dir.)**, disse que vai aguardar o parecer dos procuradores para decidir se convoca ou não uma nova eleição para conselheiro do TC. Nos bastidores, porém, a maioria dos deputados já dá o novo pleito como certo.

02 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## NOTAS POLÍTICAS

### **Negado**

A Justiça de São Paulo rejeitou a denúncia criminal contra 12 executivos investigados no esquema de formação de cartel em uma licitação do metrô, em 1999. No entendimento do juiz Benedito Pozzer, as penas dos crimes denunciados pelo Ministério Público prescreveram em 2012. O juiz também negou o pedido de prisão preventiva contra Peter Rathgeber, Robert Huber Weber, Herbert Hans Steffen, Rainer Giebl e José Aniorte Jimenez.

### **Fim das regalias**

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, determinou ontem a autoridades do Distrito Federal que tomem as medidas necessárias para acabar com as regalias supostamente concedidas a condenados por envolvimento com o esquema do mensalão que cumprem pena em Brasília.

02 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## MP pedirá novo julgamento para o caso Wilson Bueno

Fábio Cherubini

O promotor do Ministério Público do Paraná (MP-PR) Luiz Carlos Hallvass Filho recorreu ontem da absolvição de Cleverson Petreceli Schmitt, que foi inocentado da morte do escritor Wilson Bueno em maio de 2010. Ele pedirá que o caso seja novamente julgado.

Ainda na madrugada de ontem, o júri decidiu, por quatro votos a três, por inocentar o réu, apesar de a maioria dos jurados ter manifestado a convicção de que Schmitt assassinou o escritor — o placar final foi de quatro a três.

De acordo com o MP, o promotor apresenta como argumento para a realização de um novo julgamento o fato de o júri ter reconhecido que o acusado foi o autor do crime, e que a única tese da defesa era a de que Schmitt não foi o responsável pelo homicídio.

### Defesa

Jean Carlo da Silva, um dos advogados do réu, disse que foram sustentados três pontos pela defesa: a hipótese de que Schmitt foi torturado para confessar o crime, o fato de o advogado que assinou o termo de confissão em 2010 ter sido contratado pela família de Bueno e a falta de provas técnicas que o incriminassem (não teriam sido encontradas digitais de Schmitt na casa ou na faca

que matou o escritor).

Segundo Jean Carlo, quando Schmitt foi preso em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, em junho de 2010, a polícia o submeteu a torturas físicas e psicológicas para a confissão. O advogado afirma que o acusado sofreu “afogamento em um balde com água e sabão” e que ele foi deixado no frio ao longo da noite. Schmitt não teria feito o pedido de perícia na época por medo de retaliações dos policiais.

O advogado de defesa lembra ainda que o delegado responsável pelo caso foi Silvan Rodney Pereira, afastado da delegacia de Colombo após suspeitas de tortura contra os supostos assassinos da menina Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, em junho de 2013.

Conforme o inquérito contra Cleverson Schmitt, que era garoto de programa e tinha na época 19 anos, ele teria matado o escritor com uma facada no pescoço por Bueno ter sustado um cheque de R\$ 130 entregue ao acusado.

### Sobre Bueno

Wilson Bueno, que morreu aos 61 anos, era escritor e jornalista e foi autor de 13 obras, que foram publicadas no Brasil, México e Argentina. Além disso, ele foi o criador do jornal cultural *Nicolai*.

**Fernando  
Martins**

## Estupro da liberdade

**H**á muito mais do que machismo na revelação de que 65% dos brasileiros concordam, parcial ou integralmente, que mulheres vestidas com roupas curtas merecem ser estupradas — conforme mostrou, na semana passada, pesquisa divulgada pelo Ipea. Essa crença está estruturada em duas formas de pensamento recorrentes no país: a transferência da responsabilidade individual e a absoluta dificuldade de conviver com a liberdade do outro. Ambas se manifestam em diversas outras situações do cotidiano nacional, com efeitos nefastos que vão muito além do sexismo.

No caso retratado pela pesquisa, a transferência de responsabilidade se materializa na argumentação de que a culpa é da vítima e não do agressor. Pensamento análogo é aquele do criminoso que atribui à pobreza em que vive os atos ilícitos que comete — como se não fosse possível ser pobre e honesto. Não é diferente do político que desvia recursos públicos para fazer caixa 2 eleitoral e culpa “o sistema” por sua má conduta. Nos últimos tempos, aliás, tal raciocínio já foi exibido por um eminente ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) — mostrando como essa estrutura de pensamento permeia inclusive a elite nacional.

É claro que sempre haverá condições sociais, culturais e políticas mais e menos favoráveis ao delito e ao erro. Aperfeiçoá-las é um

dever. Ainda assim, a projeção de responsabilidade representa a morte da justiça, sem a qual não se edifica uma sociedade saudável. No extremo, nunca haverá culpados; só inocentes. Os maus são iguais aos bons.

A pesquisa do Ipea também ajuda a desnudar o mal-estar com que o brasileiro lida com a liberdade do outro e com a diferença. Quem acredita que as mulheres sensuais merecem ser estupradas não aceita esse tipo de conduta e gostaria de enquadrá-las em sua forma de ver o mundo. No fundo, não tolera o direito alheio de ser livre. Defender a violação de quem insiste em ser diferente, portanto, é estuprar a liberdade — um dos principais pilares da sociedade contemporânea.

Violências semelhantes a essa são corriqueiras. Aquele que agride o torcedor do time adversário também não admite a diferença e a liberdade de escolha. Para ele, só existe um caminho, uma crença, uma verdade: seu clube. Quem não professa essa “religião” é inimigo e, como tal, merece ser punido. No mundo da internet ocorre algo parecido. Vândalos online interditam qualquer debate de ideias e perseguem aqueles que ousam pensar de forma diversa.

02 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

MARGARET MATOS DE CARVALHO

## Gandulas mirins na Copa: violação de direitos humanos

Margaret Matos de Carvalho

**A** Recomendação n.º 13 do Conselho Nacional de Justiça, que autoriza o trabalho de adolescentes a partir de 12 anos nos jogos da Copa 2014 como gandulas, reacendeu a polêmica sobre o trabalho infantil. O tema é historicamente visto pela sociedade como uma “solução” e não como o que de fato é: uma grave violação de direitos humanos.

O Brasil ratificou a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assim, o texto da Constituição de 1988 foi alterado e a idade mínima para o trabalho passou a ser 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade. A proibição diz respeito a qualquer tipo de trabalho, como empregado, voluntário, estagiário ou autônomo, temporário ou permanente. Embora permitido o trabalho dos 16 aos 18 anos, as atividades que podem ser realizadas são limitadas em razão da proteção que a Constituição garante à criança e ao adolescente, por sua condição de pessoa em desenvolvimento. A legislação vigente proíbe o trabalho noturno, em condições de insalubridade, periculosidade e penosidade.

Os riscos e malefícios associados ao trabalho dos gandulas — como agressões, desconforto térmico, pressão psicológica, exigências de perfeição na execução das tarefas, exigência de absoluta neutralidade de comportamento em relação aos times participantes e aos jogadores, risco de serem atingidos por objetos — indicam que os adolescentes ficam vulneráveis, sujeitos a acidentes, abusos e maus tratos. É também o entendimento da CBF que, em 2004, reconhecendo o risco da atividade, recomendou a contratação de gandulas com mais de 18 anos.

Disso se conclui que a Recomendação n.º 13 do CNJ, ao autorizar o trabalho de gandulas a partir de 12 anos, é absolutamente inconstitucional e contraria tratados internacionais firmados pelo Brasil.

Não cabe às crianças ou a seus pais escolherem se elas podem ou devem trabalhar. Não é uma opção: é um direito à proteção do qual não se pode declinar, quaisquer que sejam as circunstâncias ou as atividades. Pertinente citar Mauro Azevedo de Moura, auditor fiscal do trabalho de Porto Alegre: “Como é definido pela OIT, crianças e adolescentes que trabalham fazem parte de uma trágica conjuntura de nosso tempo. Crianças e adolescentes só têm uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento. O crescimento físico é rápido e o meio ambiente exerce grande influência sobre um ser bastante vulnerável. O seu desenvolvimento é realizado com conflito, pois deve agir como adulto e não pode fugir da realidade de ser criança ou ser adolescente”.

Não devemos fortalecer o senso comum de que para a criança é melhor trabalhar que “roubar ou usar drogas”, como se restassem apenas tais opções. Criança e adolescente têm de estar na escola, com acesso à educação de qualidade. As crianças e adolescentes em situação de exploração, em regra geral, são levados ao trabalho por necessidade de sobrevivência. O que ganham, ainda que em quantia ínfima, compõe o orçamento familiar e todas, sem exceção, têm o desempenho escolar comprometido, quando não abandonam a escola. Sem tempo para estudar e sem o direito de brincar, as crianças deixam de ser crianças e tornam-se adultas, embora ainda imaturas para assumir tantas responsabilidades. Não se pode, por princípios legais e éticos, abrir exceções e brechas quando o assunto é trabalho infantil.

Margaret Matos de Carvalho é procuradora regional do trabalho do Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR).

02 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## HISTÓRICO

### Judiciário já decidiu por direito de informação do consumidor

Enquanto o Brasil discute o assunto com o resto do Mercosul, pelo menos em um caso a Justiça já decidiu que o direito de informação do consumidor precisa ser respeitado pelos rótulos de alimentos – inclusive sobre os “traços” de ingredientes. O caso ocorreu no Rio Grande do Sul, onde um menino alérgico a leite teve de ser hospitalizado depois de comer uma bolacha que informava não conter o ingrediente. No processo, a fabricante argumentou que a receita realmente não contém leite ou ovos, mas reconheceu que a bolacha é produzida em maquinário compartilhado com outros produtos. A decisão final agora está em grau de recurso em corte superior, depois que o Tribunal de Justiça gaúcho manteve, em 2012, os R\$ 10 mil de indenização por danos morais previstos na sentença em primeira instância.

Oficialmente, o detalhamento de rótulos tem apoio do governo e das empresas. A Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia) afirma que a discussão é importante. Em nota, a entidade diz que “reconhece o movimento Põe no Rótulo como uma iniciativa válida para garantir a saúde da população brasileira”.

Já a Anvisa informa que a listagem de alergênicos foi incluída pelo Brasil na proposta do Mercosul. Mesmo assim, pondera que a ciência ainda não permite estabelecer de forma confiável a quantidade necessária para cada alergênico ameaçar a saúde de pessoas com sensibilidade.

Diretor da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, o médico Nelson Rosário afirma que as reivindicações são as mesmas já discutidas em outros países. “A iniciativa merece apoio pois é pertinente e vem se somar às iniciativas das entidades médicas”, diz.

02 ABR 2014

GAZETA DO POVO

# Flagrado pela PF, vice da Câmara admite “relação” com doleiro de Londrina

Investigação da Polícia Federal flagrou troca de mensagens em que o doleiro de Londrina Alberto Youssef acerta o aluguel de um jatinho para André Vargas (PT), vice-presidente da Câmara dos Deputados, viajar de férias. O custo do voo teria sido de R\$ 100 mil. O deputado admitiu ontem ter “relações sociais” com o empresário, mas “esporádicas”. Youssef foi preso no mês passado suspeito de envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões.

» RELAÇÕES SUSPEITAS

# Deputado do Paraná admite ter “relações sociais” com doleiro

Vice-presidente da Câmara, André Vargas diz que irá explicar hoje por que foi flagrado negociando aluguel de avião com Alberto Youssef, preso pela PF

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Vice-presidente da Câmara dos Deputados, o paranaense André Vargas (PT) admitiu ontem que conhece o doleiro Alberto Youssef “há mais de 20 anos, como um importante empresário de Londrina”. Disse ainda que ambos mantêm “relações sociais”, mas que elas seriam apenas “esporádicas”. A ligação entre os dois consta das investigações da Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF), que flagrou troca de mensagens em que Youssef acerta o aluguel de um avião para Vargas. Parlamentares de oposição cobraram explicações sobre o caso, revelado por reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*. O petista prometeu se manifestar em plenário hoje.

Youssef foi preso no Maranhão, em 17 de março, suspeito de envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões. A conversa com Vargas ocorreu por meio de um aplicativo para telefone celular chamado BBM, no dia 2 de janeiro. O avião não pertence ao doleiro, que teria apenas intermediado a locação para o voo entre Londrina e João Pessoa, na Paraíba, para onde o deputado viajou de férias com a família.

Outra reportagem sobre o caso, publicada no site da revista *Veja*, diz que a aeronave fretada é um Learjet 45, de propriedade de uma empresa da Bahia. O custo da viagem, segundo a revista, teria sido

de R\$ 100 mil. De acordo com a matéria da *Folha*, Vargas teria declarado que pagou pelo combustível da aeronave e que só procurou Youssef porque os preços das passagens em voos comerciais para o período estava muito alto.

Em resposta à *Gazeta do Povo* por e-mail, o deputado apresentou outras explicações. “Procurei-o sabendo que ele havia sido dono de um hangar, e conhecia o meio. Foi a primeira vez que tratei com ele sobre assunto semelhante. Procurei reembolsar as despesas com combustível, em torno de R\$ 20 mil, mas ele não aceitou”, disse Vargas no texto.

A *Folha* também descreve que a PF interceptou outra conversa entre os dois, que aborda assuntos de interesse de Youssef no Ministério da Saúde. O diálogo envolveria a empresa Labogen, que teria feito remessas ilegais de US\$ 37 milhões ao exterior, segundo investigações da Polícia Federal. Vargas cita conversas com uma pessoa identificada como “Gadelha”, que seria o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério, Carlos Gadelha.

## Explicações

Líderes de oposição cobraram explicações de Vargas. “Qualquer homem público não pode ter relacionamentos desse tipo, ainda mais com uma pessoa com uma biografia conturbada como Alberto Youssef”, afirmou o líder do DEM, Mendonça Filho (PE). “Tivemos outros tantos casos recentes envolvendo uso de avião e, mais uma vez, cabem respostas públicas”, disse o líder do Solidariedade, Fernando Francischini (PR).

Na contramão, o líder do PT, Vicentinho (SP), disse que o partido confia em Vargas. “Se o Eduardo Azeredo, que está sendo condenado à prisão, fugiu para não se explicar no plenário, por que exigir isso do André Vargas?”, questionou.

CONTINUA

# Desde os anos 90, Youssef é suspeito de irregularidades

Chico Marés

O doleiro Alberto Youssef é uma figura conhecida e esteve envolvido diretamente em pelo menos dois grandes escândalos de corrupção no Paraná ocorridos entre o fim dos anos 90 e o início dos anos 2000. Além disso, ele chegou a ser suspeito de ter ligações com o mensalão — algo nunca comprovado. Em um dos casos, chegou a ser condenado pela Justiça Federal. Mas se beneficiou de uma delação premiada.

No fim de 2002, ainda no governo Jaime Lerner, Youssef esteve envolvido no caso Olvepar. A empresa, que já estava falida, vendeu créditos de ICMS para a Copel por R\$ 39 milhões. A operação foi autorizada pelo então secretário da Fazenda, Ingo Hubert, e pelo ex-conselheiro do Tribunal de Contas Heinz Herwig. O doleiro foi flagrado em vídeo sacando dinheiro da transação em uma agência bancária juntamente com um advogado da Olvepar e o tesoureiro da Copel. Os recursos teriam sido depositados em contas de microempresas do Rio de Janeiro.

Em 2003, o Ministério Público ingressou com uma ação civil pública e uma ação criminal, por formação de quadrilha, contra Youssef e

os outros envolvidos no caso. Onze anos depois, nenhuma das duas ações chegou a ser julgada. A primeira tramita na 3.ª Vara da Fazenda Pública e a outra na 2ª Vara Criminal de Curitiba.

### Caso Banestado

Já em 2004, Youssef foi condenado pela Justiça Federal por participação em um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas por meio das chamadas contas CC5 do Banestado — os crimes ocorreram no final da década de 90. Um dos principais envolvidos do esquema, Youssef admitiu ter movimentado mais de R\$ 5 bilhões ilegalmente, através de contas na agência do Banestado em Nova York (EUA). Entretanto, ele assinou um acordo de delação premiada e, em troca de sua pena, repassou informações e se comprometeu a deixar o mercado de dólares — o que, de acordo com as investigações da operação Lava Jato, não ocorreu.

### Mensalão

Ligado ao deputado José Janene (PP), morto em 2010, Youssef também é suspeito de ter vínculos com o mensalão do PT, escândalo que veio à tona em 2005. Ele é

suspeito de ser o verdadeiro dono da corretora Bônus-Banval, utilizada no repasse de R\$ 1,2 milhão para os parlamentares Pedro Henry (PP), Pedro Correia (PP) e Janene. Enivaldo Quadrado, oficialmente o dono da corretora, que foi condenado no processo do mensalão, seria seu laranja, segundo suspeita a PF. Em depoimento à CPI dos Correios, em 2005, Youssef negou qualquer relação com a empresa. Essa suposta relação também está sendo investigada pela Polícia Federal, na Operação Lava Jato.

**“Conheço Youssef há mais de 20 anos, como um importante empresário de Londrina. Temos relações sociais apenas, esporádicas.”**

**André Vargas (PT-PR)**, vice-presidente da Câmara dos Deputados.

## CONTINUA

02 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RÓGERIO GALINDO

## OPINIÃO

### Explicações pouco convincentes

Pressionado depois da descoberta de que usou jatinho de um doleiro acusado de várias ilegalidades, o deputado André Vargas disse que não sabia com quem estava se relacionando. A conclusão é de que o deputado não deve ter acesso ao Google. Tivesse, poderia digitar o nome de Alberto Youssef e ver o que acontece. Nos primeiros resultados, ficaria sabendo de possíveis ligações do doleiro com esquemas como o mensalão, de acusações de lavagem de dinheiro e de sentenças contra ele em função de evasão de divisas. Só para começar.

Como não vê o Google, Vargas ficou amigo de Youssef. Ou melhor, o deputado diz que os dois não são amigos. Trata-se de um "conhecido corriqueiro", disse o deputado. Ora, a ligação de quem empresta um jato para o outro não é de "conhecido corriqueiro". Algum conhecido corriqueiro já ofereceu jatinhos para que você escolhesse destinos de férias com a família?

André Vargas também é um homem de poucos contatos. Fosse uma pessoa mais bem relacionada, poderia facilmente descobrir de quem era o avião que estava tomando emprestado para viajar com a família. Diz ele, no entanto, que não sabia. Apesar de os dois terem trocado mensagens chamando-se de irmãos e de terem combinado o empréstimo da aeronave, o deputado diz não saber que o avião era de Youssef. Dadas a falta de consistência das explicações do deputado, que só vem admitindo os fatos à medida que eles são descobertos, sua credibilidade ficou, no mínimo, abalada. É preciso que ele mostre o mais rapidamente possível que tem uma explicação para aquilo que, no momento, parece inexplicável.

02 ABR 2014

## FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão



### Dos juizes federais do Paraná

Juizes federais paranaenses estiveram em Brasília, no último dia 25, para homenagear o deputado federal André Vargas, pelo empenho dele em aprovar a proposta de emenda à Constituição, que cria os tribunais regionais federais do Amazonas, Bahia, Minas Gerais e do Paraná. Tribunais importantíssimos para o acesso do cidadão à Justiça e também para o desenvolvimento econômico das cidades. Anderson Furlan, presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe), disse que esse trabalho está sendo uma luta incansável e que interessa a todos os paranaenses. Promulgada em junho do ano passado, por André Vargas, quando presidiu o Congresso Nacional, um mês após, o ministro Joaquim Barbosa concedeu liminar suspendendo a criação deles. Desde então aguarda-se a decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal. Estão na foto o juiz federal Anderson Furlan Freire da Silva, o presidente da Amapar (Associação dos Magistrados do Paraná), o juiz Frederico Mendes Junior, e a juíza Jane Furlan, de União da Vitória, com o deputado federal.

66

Uma pergunta que caiu na prova para os candidatos a cartorários, no concurso realizado em Curitiba pelo TI: - Quem foi o autor do livro *A Revolução dos Bichos*? Resposta certa: o inglês George Orwell.

02 ABR 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Acusado de matar escritor é absolvido

Rodrigo Batista

*Equipe Bonda*

**Curitiba** - O garoto de programa Cleverson Petreceli Schmidt, acusado de matar o escritor paranaense Wilson Bueno em 2010, foi absolvido ontem pelo Tribunal do Júri de Curitiba. Os jurados acataram a alegação da defesa de que o jovem confessou sob tortura.

Os jurados absolveram Schmidt por quatro votos a três. O advogado de defesa Maurício Zampieri de Freitas alegou que o réu teria sido torturado por policiais da Delegacia de Furtos e Roubos (DFR), na época comandada pelo delegado Silvan Pereira, que é acusado, junto com outros policiais, de torturar quatro homens para que eles confessassem a morte de Tainá Adriane da Silva, assassinada em junho de 2013 em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba).

Freitas afirmou, em depoimento no júri, que o acusado disse que teria sido vítima de tortura. Ele ainda informou que a perícia do Instituto de Criminalística apontou divergências entre a confissão do acusado e provas técnicas.

A promotoria já recorreu da decisão no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. O promotor Luiz Carlos Hallvass Filho diz que não há provas sobre a suposta tortura. "Ele confessou perante jornalistas que matou o escritor", declarou.

## LUÍZ GERALDO MAZZA

### Bueno

Revolta nos meios culturais com a absolvição do matador do escritor Wilson Bueno. Há confiança na apelação.

02 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA  
REGINA CÉLIA CARDOSO

## A crença na ressocialização carcerária

Regina Célia Pedroso

Todo aluno que cursa uma faculdade de Direito aprende que o sistema penitenciário visa à ressocialização do apenado, uma vez que sua estadia seria uma passagem para "uma nova vida", após o périplo passado atrás das grades. Estuda-se também a passagem que foi do suplício e das penas degradantes que eram a forma de apenar até o século 18 para o sistema racional e disciplinar intitulado "penitenciária" - adotado hegemonicamente em grande parte dos países, nos dias de hoje, como a modalidade de pena por excelência.

Porém, nenhum aluno visita uma prisão, não vê o conceito em sua prática e muito menos se defronta com os livros críticos ou com as várias teorias que propõem outras formas de justiça penal. Oculta-se uma realidade atrás de uma verdade soberana - a de que existe ressocialização.

Sabemos hoje, não só pelo acúmulo de experiência em observar o sistema penitenciário, pelos estudos já realizados, pelos novos modelos que se vislumbram mais humanistas, como o da Noruega - que se a ressocialização existir não partirá de um modelo como o existente no Brasil - cheio de vícios, violências, corrupção, favorecimentos, falta de investimento e tratamento e mais do que tudo, falta de fraternidade e concepção racional de tratamento.

Se hoje no Brasil temos um índice de reincidência de 70%, 600 mil presos, altos índices de tudo o que existe de ruim dentro dos muros das prisões, pergunto: por que ainda insistir nesse modelo? Não seria o caso, de uma ruptura? De mudarmos o paradigma da pena e de seu cumprimento?

O modelo norueguês, guardando as devi-

das proporções pode servir de inspiração, porém jamais adotado em sua forma integral - até porque a realidade e o perfil do crime no Brasil é outro - porém, esse modelo trás uma magia e uma crença de que o ser humano pode ser conduzido a se transformar, com investimento, dedicação, amor e acompanhamento - o detento pode vir a ter uma vida digna após o cumprimento da pena - tornando a teoria da ressocialização algo possível.

Os críticos a essa ideia dirão: a Noruega possui apenas 4 mil presos - uma população carcerária infinitamente menor que a brasileira. E nesse sentido a que se perguntar: por que no Brasil chegamos ao número absurdo de 600 mil presos? Temos uma indústria do encarceramento ou uma indústria da condenação à pena de prisão? Qual o perfil do apenado brasileiro? A resposta é fácil: pobre, morador da periferia e subempregado. Gente que era excluída continuará excluída dentro da prisão e quando sair irá manter-se excluída - porque nunca foram incluídos em nada. Essa é a dura realidade do sistema que reflete o mundo extramuros. Quem nunca foi incluído jamais se sentirá como tal.

Repensar o modelo de justiça penal no Brasil atual é uma necessidade premente. Juristas, especialistas, sociólogos devem repensar formas em que a Justiça possa ser uma realidade, a pena algo regenerativo e principalmente a sociedade possa vislumbrar uma mudança concreta rumo a valores humanistas.

Há que se buscar uma utopia.

REGINA CÉLIA PEDROSO é  
professora de Sociologia e  
Antropologia Jurídica da Universidade  
Presbiteriana Mackenzie em São Paulo

---

*Temos uma  
indústria  
do encarceramento  
ou uma indústria  
da condenação  
à pena  
de prisão?*

---

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESO EM CURITIBA

## Ex-diretor da Petrobras preso pede liberdade ao STF

O engenheiro Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, investigado pela Polícia Federal pela suposta prática do crime de corrupção passiva, impetrou nesta segunda-feira (31) HC 121918 no STF. Ele questiona prisão preventiva decretada pelo juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba (PR).

Ao investigar as atividades do suposto "doleiro" Alberto Youssef e de Paulo Roberto Costa, a PF encontrou na residência do engenheiro grande quantidade de dinheiro em espécie: USD 181,4 mil, EU\$ 10,8 mil e R\$ 751,4 mil. Ao decretar a prisão, o juiz afirmou que mesmo não sendo ilícita a posse de grandes quantias de dinheiro em espécie, o fato de envolver pessoa que já exerceu cargo de diretor de empresa estatal e se relaciona com "criminoso profissional" constituiria indício veemente da prática de crimes. A defesa do engenheiro sustenta que essa quantia seria perfeitamente compatível com a atividade empresarial de alguém com a trajetória de Paulo Roberto.

O juízo de primeiro grau fundamentou a prisão preventiva em suposta ocultação de provas, uma vez que durante a realização de busca e apreensão na residência do engenheiro, familiares de Paulo Roberto teriam ido ao seu escritório e retirado documentos e dinheiro. Além disso, o juiz destacou que o acusado teria esvaziado suas aplicações financeiras junto a instituições bancárias, como forma de prevenir eventual ação de sequestro por parte da justiça.

02 ABR 2014

02 ABR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

# FUNERÁRIOS CANCELADOS

Justiça aponta  
desrespeito à  
licitação e anula  
planos funerários  
de 200 mil  
pessoas na RMC

Flavio Laginski  
flavio@tribunadoparana.com.br

**U**ma decisão judicial da 1.<sup>a</sup> Vara de Fazenda Pública de Curitiba, proferida ontem, pode deixar 200 mil pessoas de Curitiba e região metropolitana sem plano funerário. O motivo alegado pelo juiz Carlos Eduardo Zago Udenal é que as empresas Luto Curitiba, Máximo Luto e Luto Araucária burlam o sistema de rodízio do qual, segundo ele, nem mesmo poderiam participar.

A ação, proposta pelo Sindicato dos Estabelecimentos Funerais do Estado do Paraná (Sesfepar) e datada de 2001, questiona as três empresas por não ter permissão para exercer a função, uma vez que elas não teriam participado do processo de licitação e por cobrar mais caro pelo serviço.

Para a procuradora da Sesfepar, Lucyanna Lima Lopes, o serviço funerário pode ser prestado por 26 empresas que venceram o processo de licitação, em 2012. Todo este trabalho é fiscalizado e usa uma tabela única, fixada pela prefeitura de Curitiba. "Vamos agir no sentido de tomar providências imediatas para evitar que as empresas continuem atuando e lesando consumidores", afirma.

A comerciante Maria de Lourdes do Nascimento Ferreira, 51 anos, conta que fez um plano funerário em 1997 e que foi pega de surpresa com essa notícia. "Confesso que fiquei sem chão, pois, caso venha a precisar, estarei sem proteção. Vou esperar os desdobramentos para ver o que posso fazer", comenta.

Ela conta que quando fez o plano, há 17 anos, parecia uma boa ideia. "Fiz o plano porque era uma maneira de não ter com que me preocupar em lidar com essas questões. Pago uma parcela de R\$ 70 a cada três meses. Achei que era um bom negócio. Quando precisei, eles foram solícitos, é verdade. Mas, levando em conta que minha filha mais nova tem 22 anos, caso ela venha a falecer com mais 70 anos, iremos pagar o plano por mais de 50 anos", calcula.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), responsável pelo setor funerário, informou que ainda não foi notificada judicialmente e que não pode se manifestar. A assessoria de comunicação do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do consumidor (Procon) disse que o setor jurídico está analisando o caso e que ainda não tem resposta.

A reportagem tentou entrar em contato com as três funerárias, mas não obteve retorno.

02 ABR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

# Absolvição: faltaram provas

Leilane Benetta

Por quatro votos a três em júri popular, após quase 15 horas de julgamento, Cleverson Petrecelli Schmitt, de 19 anos, foi absolvido ontem da acusação do assassinato do escritor Wilson Bueno, morto com uma facada no pescoço em maio de 2010. De acordo com a defesa, a falta de provas periciais contra Cleverson influenciou a decisão dos jurados. O resultado deixou a família do escritor indignada.

O julgamento no Tribunal do Júri teve início na segunda-feira às 13h30 e terminou por volta das 4h15 de ontem. O advogado de Cleverson, Matheus Gabriel Rodrigues de Almeida, explicou que não existem provas de que o rapaz seja o autor do crime, ou seja, as provas coletadas na fase de inquérito policial seriam frágeis e não colocaram Cleverson na cena do crime. Com isto, apesar da confissão do suspeito na época do homicídio, as provas produzidas depois, durante a fase processual, não sustentaram o depoimento inicial.

Sobre a faca apresentada como arma do crime, Matheus afirma que ela não seria “capaz de produzir as lesões descritas no laudo de necropsia”. Desta forma, a verdadeira arma nunca teria sido achada. Ainda segundo o advogado, a promotoria tem cinco dias para apresentar um recurso de apelação junto ao Tribunal de Justiça do Paraná, mas as chances de uma mudança na decisão são poucas. “Por uma questão constitucional a decisão do júri é soberana, então deve ser mantida”, explica.

O irmão de Wilson, João Santana, está revoltado com o resultado. “Eu estive junto quando o Cleverson deu o depoimento. Ele confessou livremente, não pareceu torturado ou espancado”, comenta. “Estou pensando em ir a Brasília nesta semana para pedir um apoio ao Supremo Tribunal Federal (STF), para que reveja isso”.

02 ABR 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Notas políticas

#### **Menos produtivo**

Levantamento publicado nesta terça-feira (1º) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou a Justiça Estadual do Paraná como a menos produtiva entre os tribunais de grande porte do Brasil. O Índice de Produtividade de Magistrados (IPM) do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) ficou abaixo dos outros quatro estados que fazem parte do primeiro grupo, e abaixo da média nacional. Os dados são referentes ao ano de 2012, e foram calculados a partir da base de dados do Relatório Justiça em Números de 2013.

02 ABR 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Assassino confesso de escritor Wilson Bueno é absolvido

### Matador alegou que cometeu o crime em função de uma dívida

Cleverson Petreceli Schmitt, assassino confesso do escritor Wilson Bueno, em maio de 2010, em Curitiba, foi absolvido pelo júri popular realizado entre a tarde de segunda-feira (31) e madrugada desta terça (1º), no Tribunal do Júri, no bairro Centro Cívico. À época do crime, o escritor tinha 61 anos e foi encontrado morto com golpes de faca dentro de casa pelo irmão João Santana. A absolvição ocorreu por quatro votos contra três. O julgamento durou mais de 15 horas.

“Eu e a minha família não entendemos ainda porque inocentaram ele.



Cleverson ficou preso nos últimos quatro anos

Estamos indignados porque ele matou, confessou e foi libertado. Onde os jurados estavam com a cabeça quando fizeram

isso?”, indaga João.

O réu foi preso em junho de 2010 na casa da família em Fazenda Rio Grande e confessou o cri-

me que, de acordo com João, ocorreu logo após uma discussão por causa de um cheque. “O acusado era garoto de programa. O meu irmão o conheceu em uma sauna gay e deu o cheque para que ele ajudasse a desmontar uma casa. Durante o depoimento, o rapaz disse que o cheque era para pagar um programa e que tinha sido sustado. Isso é mentira. O meu irmão não sustou o cheque”, declara João. De acordo com as investigações, o réu ficou irritado por não conseguir sacar o dinheiro e foi tirar satisfações com o escritor.

02 ABR 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

# André Vargas viajou em avião emprestado por Yousseff

### Deputado afirmou que conhece o doleiro há 20 anos

O vice-presidente da Câmara, deputado André Vargas (PT-PR), viajou no início do ano em um avião emprestado pelo doleiro Alberto Yousseff, preso em março pela Polícia Federal na operação Lava Jato. A informação foi publicada nesta terça-feira (1º) pelo jornal "Folha de S.Paulo".

A assessoria do deputado confirmou a viagem. Em nota, André Vargas disse que tem relação com Yousseff há 20 anos. Os dois se conhecem de



O deputado André Vargas (PT-PR) admitiu que usou o avião cedido por Yousseff

Londrina, no Paraná. "Estranho o vazamento seletivo de mensagens pessoais. Onde se tenta confundir com alguma ilegali-

dade, uma relação de 20 anos, de moradores de uma mesma cidade", diz a nota.

De acordo com a reportagem da "Folha",

o empréstimo do avião para viagem a João Pessoa foi acertado entre Vargas e Yousseff por mensagem de celular no dia 2 de janeiro.

## TRE cancela 13 mil títulos em Campo Largo

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) cancelou 13.287 títulos de eleitores de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba. Segundo o órgão, eles deixaram de comparecer ao mutirão para o recadastramento biométrico. Nas eleições de outubro deste ano, os eleitores vão precisar usar as impressões digitais para confirmar a presença nas urnas.

O trabalho foi feito entre os dias 13 de

janeiro e 28 de março deste ano. Ao todo, 68.554 pessoas compareceram ao TRE na cidade, para regularizar a situação. Esse número leva em conta, além dos eleitores já cadastrados até o início do recadastramento, outros 6.175 novos títulos de pessoas que transferiram o título para a cidade ou se alistaram para votar em 2014. Quem teve o título cancelado tem até o dia 7 de maio para regularizar a situação.

02 ABR 2014

# BEM PARANÁ

# Justiça

# cancela 200 mil

# planos funerário

# na RMC

Sentença atinge três empresas, que, segundo a decisão,  
=burlam o sistema de rodízio" e não tem alvará para atividade

Uma decisão da 1ª Vara da Fazenda Pública anulou o plano funeral de 200 mil pessoas de Curitiba e região. A decisão proibiu as atividades comerciais de três grandes empresas funerárias de Curitiba e anulou todos os contratos celebrados entre elas e os clientes. As empresas são a Luto Curitiba, Luto Máximo e Luto Araucária. A sentença, é do juiz Carlos Eduardo Zago Udenal. A ação contra os planos foi impetrada pelo Sindicato dos Estabelecimentos Funerários do Paraná (Sesfepar) e atinge 40 mil contratos, que abrange cerca de 200 mil pessoas.

Na sentença, o juiz afirma que as empresas "burlam o sistema de rodízio do qual nem mesmo poderiam participar, pois não possuem alvará nem permissão para tanto, fogem da fiscalização de qualidade e prestabilidade do serviço realizado pela Prefeitura Municipal". O juiz afirma que as funerárias cobram preços superiores ao tabelado e impõem sepultamento em lugares completamente

diferentes dos desejados pelos consumidores. Ainda de acordo com a decisão, os planos funerários não emitem nota fiscal de prestação de serviços

O Sindicato dos Estabelecimentos Funerários do Paraná (Sesfepar), que entrou com a ação, pretendia notificar ainda ontem o Serviço Funerário Municipal, órgão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente responsável pela gestão, controle e fiscalização do setor, sobre a decisão judicial. Até o fechamento da edição, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente não havia recebido a notificação da sentença e, portanto, ainda não pode se pronunciar.

A empresa Luto Curitiba informou que a sentença se refere a contratos que se encontram em vigência há muito tempo, e que os modelos atuais não são atingidos por essa sentença e que deve recorrer da decisão da Justiça. Já a empresa Máximo Luto disse que não vai falar com a imprensa sobre o caso. A empresa Luto Araucária infor-

mou que não tem conhecimento sobre a decisão judicial e que só se pronunciará após saber os detalhes da decisão.

Segundo orientação do sindicato, os clientes dos planos funerários devem guardar as notas fiscais das defesas para depois serem reembolsados judicialmente. Na Sesfepar, só o presidente Gelcio Miguel Schibelbein tem autorização para falar sobre o caso, mas ele estava em viagem. Ainda nesta semana, ele deve se pronunciar sobre a decisão.

02 ABR 2014

## BEMPARANÁ

### Caso Wilson Bueno

Após 13 horas, o cansativo julgamento de Cleverson Schmitt, réu confesso do assassinato do escritor Wilson Bueno terminou. O resultado surpreendeu a todos. A promotoria firmou sua tese nas confissões do réu para a imprensa e nos celulares, que mediante quebra de sigilo telefônico, indicaram que estava com Cleverson após o crime e logo após cometer o crime. Já a defesa se aproveitou das diversas falhas no inquérito e na perícia, afirmando que não havia provas materiais que indicassem que o réu esteve no apartamento. Por volta das 4 horas, o júri se reuniu e o resultado foi surpreendente. Dos sete jurados, quatro entenderam que Cleverson é o autor do homicídio, porém a votação da condenação o resultado inverteu, quando 4 jurados votaram para que Cleverson fosse inocentado.

### Case Wilson Bueno

### Promotoria recorre de absolvição

O promotor do Ministério Público do Paraná (MP-PR), Luiz Carlos Hallvass Filho, recorreu, ontem, da absolvição pelo Júri Popular do acusado da morte do escritor Wilson Bueno, ocorrido em maio de 2010. A promotoria pediu que o caso tenha novo julgamento. O Júri que absolveu o acusado aconteceu entre a tarde de segunda-feira e madrugada de ontem.

Depois de mais de 15 horas de julgamento, o júri absolveu Cleverson Petreceli Schmitt por quatro votos a três. Petreceli tinha 19 anos na época do crime. Segundo o seus advogados, ele deveria deixar a Penitenciária Central

do Estado ontem mesmo. A defesa se valeu de provas periciais para conseguir inocentá-lo. Na época do crime, ele chegou a confessar o assassinato.

Wilson Bueno foi morto no dia 30 de maio, em sua casa no bairro Tingui, em Curitiba, a golpes de facas. Bueno tinha 61 anos. A denúncia pela Promotoria de Inquéritos Policiais de Curitiba foi feita ainda em 2010, e sustentava que o crime havia sido motivada por uma dívida de R\$ 130, e pela discussão sobre a forma do pagamento. A defesa alegou a ausência de provas técnicas que colocassem Petreceli no local do crime.

02 ABR 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

## Lula enganou a si próprio ou a nós?

**E**stá fresca na memória de milhões de brasileiros a exaltação que o ex-presidente Lula fazia da capacitação e da competência de sua candidata Dilma Rousseff, quando ela disputava as eleições de quatro anos atrás. Pelas palavras que usava em relação à futura sucessora, tinha-se a impressão de que seria mesmo uma pessoa preparada para a função.

Como ele a conhecia, e detinha prévia ciência de seu gênio ora voluntarioso, ora arrogante, bem como da enorme incapacidade administrativa que vem demonstrando, é forçoso concluir que houve comprometedor engano.

Com sua invejável erudição, o imortal padre Antônio Vieira costumava repetir que “os homens amam as coisas não como são, senão como as imaginam”. No caso do ex-presidente Lula, com bastante boa vontade é possível concluir que talvez o engano não tenha sido proposital; ou possivelmente ele não sabia quem era Dilma Rousseff, cujas virtudes demonstrava apreciar. Assim, estaria a elogiar uma pessoa que ele pensava ser uma, quando, na verdade, era outra.

O mesmo padre Vieira dá o exemplo desses enganos que ocorrem na vida, lembrando a propósito o relatado com talento por Luiz de Camões, no conhecido soneto em que o pastor Jacó serviu a Labão, por sete anos, porque como prêmio pretendia sua filha Raquel, mas ao final deram-lhe a irmã dela, Lia. E o infeliz pastor concordou em servir mais sete

anos para merecer Raquel, dizendo que ainda mais serviria “se não fora para tão longo amor tão curta a vida”.

No caso de Dilma, não foram sete anos, mas já quase quatro – e nesse período ela conseguiu cometer repetidos erros grosseiros que a desmerecem, comprometem gradativamente sua administração e começam a influir nas avaliações de sua imagem pessoal e na de seu governo. Quem sabe para calar seu despreparo, ela acabou criando uma infinidade de ministérios, cujos ocupantes não serão lembrados a não ser com a ajuda do computador.

Não se viu surgir um único talento nessa equipe de políticos que lutaram tanto para obter o prêmio da nomeação. Mesmo que se filtre com boa vontade o trabalho desses assessores diretos da presidente da República, e se elimine a comparação que toda hora se faz com os cartolas do futebol, é forçoso concluir que nenhum deles alcançou o menor destaque ou notoriedade. Nem mesmo o nome deles será lembrado pela grande maioria de brasileiros.

Quando Lula estava no poder sempre se lhe dava o desconto pelos erros grosseiros, porque, afinal, ele vinha lá de baixo, numa linda carreira política jamais trilhada antes por outro brasileiro. Pouco erudito, muitas vezes tósco, outras vezes incapaz de perceber os próprios desacertos praticados, detinha, porém, a habilidade de fazer costuras políticas bem-sucedidas, como a de indicar e eleger um medíocre ministro da Educação para a Prefeitura de São Paulo (os resultados lamentáveis também desse en-

gano são sentidos pelos paulistanos a toda hora).

Quando estive no poder – e mesmo agora –, Lula tinha um grupo político que lhe era fiel e sobre o qual exercia efetiva liderança. A presidente Dilma, ao contrário, desastrada na gestão do País, chegou ao poder em

---

### Ele já tinha ciência da enorme incapacidade administrativa de Dilma há quatro anos

---

função de uma luz emprestada e não teve a habilidade de construir a sua – por isso propaga a ideia de que está às escuras.

Talvez alguém diga que, apesar desse despreparo e de seu temperamento nada simpático, ela ainda tem chance de se reeleger presidente da República. Sim, tem mesmo. Desastrada para governar e para impulsionar o País ladeira acima, e não abaixo, Dilma Rousseff foi esperta o suficiente para manter o gigantesco curral eleitoral constituído por pessoas que recebem os benefícios sociais do governo.

Essas pessoas, de baixa escolaridade, não estão nem um pouco preocupadas com o escândalo do mensalão nem com o progressivo desmanche da Petrobrás, que foi durante décadas motivo de orgulho para os brasileiros. Essas pessoas, que ascenderam economicamente por causa da manutenção do valor da moeda nacional, estão preocupadas preferencialmente em ver o preço de uma nova televisão ou de uma geladeira, até mesmo de um veículo usado.

**CONTINUA**

02 ABR 2014

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Não lhes faz diferença alguma se os escândalos de corrupção estouram a toda hora e se a imagem externa do Brasil despenca progressivamente. A verdade nada animadora é que esse curral eleitoral tem dono e nós todos sabemos em quem seus integrantes tenderão a votar na eleição para a Presidência da República. Eles se encontram na base da pirâmide social, constituem a grande maioria do eleitorado e são eles, portanto, que poderão decidir as eleições do fim do ano.

Sem nenhuma dúvida, isso incomoda, sobretudo porque se percebe claramente a tendência governamental de manter essa grande massa humana na condição de baixa escolaridade. Todos sabemos que a educação liberta – e por isso é muito melhor para o grupo que está no poder deixar tudo como está. Nada de querer dar mais educação a essas pessoas.

Suportar uma presidente trapalhona e malsucedida é castigo que este país não merece. Dizem os velhos políticos que a política é feita de fatos novos e, por isso, existe a expectativa de que de repente alguma coisa mude e desenhe a possibilidade de um revezamento de pessoas no poder, coisa saudável para a democracia e para a Nação brasileira.

A forma mais segura de garantir um futuro melhor seria proporcionar efetiva educação ao curral eleitoral de dona Dilma, libertando essas pessoas do castigo de ter de votar em alguém que não mostrou mesmo o necessário preparo para dirigir o País.

Curiosamente, curral eleitoral é capitulado como crime pela legislação eleitoral, mas mesmo assim é um fantasma que sempre nos assombra.



02 ABR 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

# Vice-presidente da Câmara usou avião de doleiro preso pela PF

**Erich Decat**  
**Daiene Cardoso** / BRASÍLIA

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), utilizou-se de um avião emprestado pelo doleiro Alberto Yousseff para fazer uma viagem a João Pessoa, na Paraíba. Yousseff está preso há duas semanas após ser deflagrada a Operação Lava Jato, que investigou esquema de lavagem de dinheiro que pode ter movimentado R\$ 10 bilhões, segundo a Polícia Federal. Ele teria ligações com o ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa,

preso por suspeita de corrupção em obras de uma refinaria.

De acordo com documentos da PF, ambos trocaram mensagens de texto pelo celular no dia 2 de janeiro. Ali, foi agendada a viagem em um jato particular cujo prefixo é PR-BFM. A informação foi publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Ontem, Vargas divulgou duas notas. Em uma delas, disse que “conhecer alguém há 20 anos não é crime”. “Alberto Yousseff é empresário de minha cidade. Dono do maior hotel da cidade. E os encontros, contatos e a relação se deram dentro da legali-

dade”, diz o texto. De acordo com o deputado, “qualquer homem público poderia passar por isso”. Na segunda nota, declarou que há um “vazamento seletivo” de informações.

O presidente nacional do PT, Rui Falcão, considerou ontem que o episódio “não é um problema” do partido, mas do deputado. “André deu as explicações que julgou apropriada. É uma relação privada que ele está explicando, não é o PT.”

O líder do PT na Câmara, Vicentinho (SP), manifestou solidariedade a Vargas. “Nossa primeira ação é de respeito e confiança absoluta no nosso colega”. Ele disse que ainda não conversou com Vargas sobre o assunto e que por isso não iria comentar. “Se o Eduardo Azeredo, que está sendo condenado à prisão, fugiu de se explicar no plenário, porque exigem isso do André Vargas?”, comparou Vicentinho.

02 ABR 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Vice da Câmara agora diz que doleiro pagou viagem

Deputado afirma que tentou, mas não conseguiu reembolsar gasto com jatinho

**Para André Vargas, amigo investigado por suspeita de lavagem de dinheiro era apenas um empresário conhecido**

ANDRÉIA SADI  
DE BRASÍLIA

O vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PR), mudou sua versão e reconheceu ontem ter viajado de graça em um jatinho cedido pelo doleiro Alberto Youssef, investigado pela Polícia Federal sob suspeita de participação num esquema bilionário de lavagem de dinheiro.

Ontem, a **Folha** revelou que o doleiro havia emprestado a aeronave para o petista viajar de Londrina (PR) a João Pessoa (PB) durante as férias parlamentares de janeiro. O deputado levou mais sete pessoas no Learjet 45.

Na segunda-feira, Vargas disse que se lembrava ter pago o combustível do jato. Ontem, afirmou que só aceitou embarcar porque imaginava se tratar de uma "carona".

Segundo ele, quando soube que era um frete exclusivo, pediu à sua secretária para reembolsar Youssef das despesas de combustível, estimadas por ele em R\$ 20 mil.

"Entretanto, a proposta de reembolso foi negada", afirma sua assessoria em nota, acrescentando que o deputado teria sido informado dessa recusa somente ontem.

Um voo de Londrina para João Pessoa, em um jato de versão inferior, um Learjet 35, custa cerca de R\$ 110 mil, com combustível, segundo consulta feita pela reportagem à Líder Aviação, empresa especializada em fretamentos.

A viagem de férias de Vargas foi discutida em uma conversa entre ele e Youssef no dia 2 de janeiro, por meio de mensagens de texto que foram interceptadas pela PF.

Vargas diz conhecer o doleiro há 20 anos, e que Youssef, que está preso, é um empresário conhecido em Londrina, onde ambos vivem.

O petista diz que não imaginava que ele estivesse envolvido em questões ilícitas.

"O que aconteceu comigo poderia ter acontecido a qualquer homem público. Eu imaginei que ele tivesse aprendido a lição pois a Justiça o tratou como herói quando ele fez delação premiada", disse.

Youssef foi preso em 2003, nas investigações sobre o Banestado, que apurou remessas ilegais de US\$ 30 bilhões

entre 1990 e 2000. Na época, ele fez um acordo de delação premiada, pagou multa de R\$ 1 milhão e obteve perdão por entregar clientes à PF.

Exercendo o segundo mandato como deputado federal, Vargas era um dos cotados para disputar a presidência da Câmara pelo PT em 2015. Ele se destacou nos últimos meses pela defesa, no Congresso, de petistas condenados por seu envolvimento com o escândalo do mensalão.

Em outra conversa captada pela PF, Vargas e Youssef discutem um assunto de interesse do doleiro no Ministério da Saúde. A transcrição não deixa claro qual era o assunto, mas a PF concluiu que o petista e o doleiro tinham um objetivo comum na pasta.

Esse interesse giraria em torno da Labogen, empresa que, segundo a PF, foi usada por Youssef para fazer remessas ilegais de US\$ 37 milhões ao exterior.

A Labogen havia firmado um acordo com o Ministério da Saúde para que um medicamento fosse produzido por laboratórios públicos, em dezembro. No entanto, a parceria foi suspensa após a pasta ser informada sobre a investigação policial.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

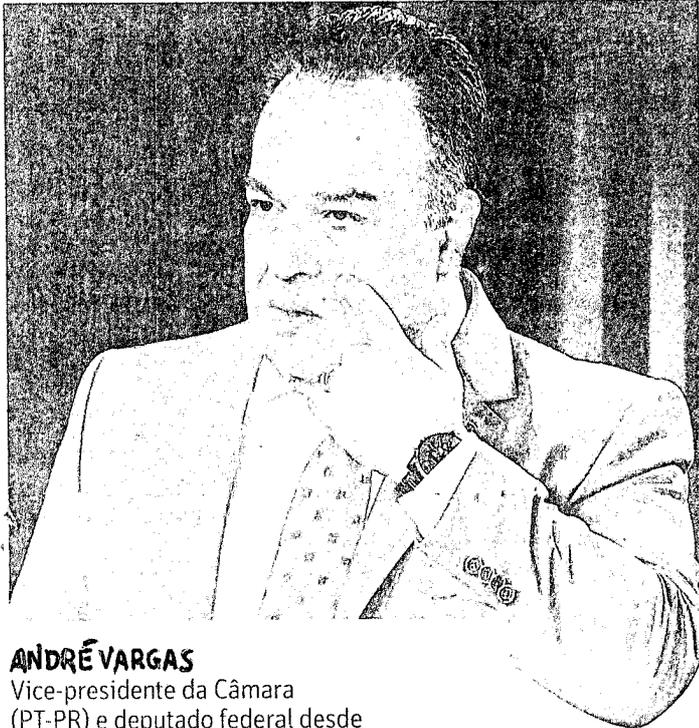
Segundo a PF, Vargas disse a Youssef ter conversado com o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério, Carlos Gadelha.

Vargas nega qualquer contato com Gadelha, afirmando que o doleiro o procurou para saber como funcionavam as parcerias com a pasta. O Ministério da Saúde diz que Gadelha nunca tratou do assunto com o deputado.

### CÔNEXÕES SOB SUSPEITA

Vice-presidente da Câmara viajou em avião emprestado por doleiro preso pela PF

Sérgio Lima - 12.fev.2014/Folhapress



#### ANDRÉ VARGAS

Vice-presidente da Câmara (PT-PR) e deputado federal desde 2006, filiou-se ao PT em 1990 e integra a ala do partido mais ligada ao ex-presidente Lula

#### RELAÇÃO COM O DOLEIRO

Vargas, que afirmou conhecer Youssef há mais de 20 anos, disse: "Eu não sabia com quem eu estava me relacionando. Não tenho nenhuma relação com os crimes que ele eventualmente cometeu"

02 ABR 2014

## FOLHA DE S. PAULO

Sérgio Lima - 18.out.2005/Folhapress



#### ALBERTO YOUSSEF

Doleiro preso na operação Lava Jato, da Polícia Federal, que apura esquema de lavagem de dinheiro acusado de movimentar R\$ 10 bilhões

CONTINUA

02 ABR 2014

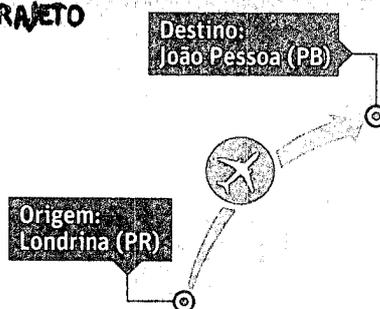
# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### A VIAGEM

Segundo a PF, em 2.jan Vargas trocou mensagens com Youssef para discutir uma viagem de férias a João Pessoa (PB). Em resposta, o doleiro agendou voo às 6h30 em jato particular para o petista

### O TRAJETO



### O QUE DIZ VARGAS

**“** Ele [Youssef] tinha acesso a um avião que era alugado e eu pagaria o combustível. Não pedi de graça. [Eu disse:] 'Você conhece alguém que tem um avião? Porque está muito caro' [...] Eu me lembro de ter pago os combustíveis

Em 31.mar, ao responder sobre o uso do jato

**“** Quando soube que se tratava de um frete exclusivo, [Vargas] pediu que sua secretaria procurasse reembolsar ao menos as despesas de combustível, que estimávamos em R\$ 20 mil. A proposta de reembolso foi negada e o deputado só soube depois

Ontem, via assessoria de imprensa

### ESQUEMA NA SAÚDE

Em outra conversa interceptada pela PF, os dois mencionam a Labogen, empresa que firmou parceria com o Ministério da Saúde para produção de medicamentos e é suspeita de ter sido usada pelo doleiro para remeter ilegalmente US\$ 37 milhões ao exterior

02 ABR 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Eleições às claras

**Resolução do Tribunal Superior Eleitoral que busca pôr fim às doações ocultas já na disputa deste ano representa inegável avanço**

Nas eleições de 2012, as cinco empresas líderes no quesito doações repassaram ao todo R\$ 226,2 milhões a diversos candidatos, mas não se sabe quais postulantes se beneficiaram dos recursos.

Daquele montante, 97% foram distribuídos às direções partidárias ou aos comitês eleitorais, e estes redirecionaram o dinheiro. No fim das contas, os eleitores terminaram sem saber quem, de fato, aquelas cinco empresas procuraram apoiar.

A prática é disseminada pelo território brasileiro. Ficou conhecida como doação oculta, dado seu evidente propósito de esconder os vínculos pecuniários entre o doador e o político beneficiado.

Conhecer tais ligações, contudo, é um pressuposto básico da democracia. A priori, não é errado que pessoas físicas ou jurídicas queiram participar e influenciar a vida política, desde que movimentações dessa natureza não se deem por baixo dos panos.

São cruciais, portanto, mecanismos de transparência que permitam aos cidadãos identificar os financiadores de cada uma das campanhas, a fim de que possam tanto votar de maneira mais bem informada como fiscalizar se a atuação dos eleitos é distorcida pelos interesses dos doadores.

Trata-se de inegável avanço, assim, a resolução do Tribunal Su-

perior Eleitoral que busca pôr fim a essa prática já nas eleições deste ano. A norma determina que os partidos divulguem com clareza, nas prestações de contas, a quem pertencia o dinheiro que de fato chegou às mãos dos candidatos.

Sem constituir fórmula mágica capaz de eliminar toda sorte de maquiagem e operações escusas, a nova regra representa um obstáculo considerável às nada republicanas doações ocultas.

Progressos incrementais como esse podem contribuir de maneira decisiva para o aperfeiçoamento do universo eleitoral brasileiro e para sua maior fiscalização pela sociedade. Seria oportuno, nesse sentido, que o prazo para prestação de contas fosse alterado, tornando-a pública na internet enquanto ocorre a disputa — e não somente depois do pleito, como é hoje.

Se o TSE acerta ao conferir ganhos de transparência, erra no que respeita à fiscalização. Em dezembro, o tribunal editou resolução que restringe a atuação do Ministério Público na seara eleitoral.

Segundo a norma, procuradores e promotores passaram a precisar de autorização judicial para abrir inquéritos policiais sobre crimes eleitorais, algo incompatível com a Constituição.

Por isso, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recorreu nesta semana ao Supremo Tribunal Federal contra a regra.

Impõe-se a rápida resolução dessa contradição: a obstrução das investigações de ilícitos graves para o funcionamento da democracia é incompatível com os anseios de moralização da política.

02 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Janot pede aval para investigar secretários do governo Alckmin

Parecer enviado ao STF defende apuração sobre suposta ligação de José Aníbal e Rodrigo Garcia com cartel dos trens

**Para Procuradoria, no momento, não há fatos que liguem Aparecido, Jardim e Aloysio Nunes a supostos crimes**

DE BRASÍLIA  
DE SÃO PAULO

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal que autorize o prosseguimento das investigações sobre possível participação de dois secretários do governo Geraldo Alckmin (PSDB) nas fraudes do cartel dos trens que atuou em São Paulo.

O parecer de Janot defende a continuidade da apuração sobre o secretário de Energia, José Aníbal (PSDB) e do Desenvolvimento, Rodrigo Garcia (DEM). Como ambos são deputados federais licenciados, só podem ser investigado com o aval do STF. A expectativa é que o ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo, dê o aval.

No mesmo parecer, Janot diz que, no atual ponto da apuração, não encontrou fatos concretos que vinculem o deputado Arnaldo Jardim (PPS), o secretário da Casa Civil de São Paulo Edson Aparecido (PSDB) e o senador

Aloysio Nunes (PSDB) a supostos crimes.

Por isso, não pediu autorização para investigá-los, mas deixou claro que, “caso surjam elementos concretos” da participação deles, pode rever sua posição.

Em julho de 2013, a **Folha** revelou que a multinacional alemã Siemens delatou ao Cade (órgão federal de defesa da concorrência) a existência de um cartel em licitações para obras e manutenção do Metrô de São Paulo e da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos).

Documentos da Siemens entregues ao Cade mostravam que o governo de São Paulo, controlado pelo PSDB, teria dado aval ao conluio.

Em São Paulo, o esquema teria começado em 1998, no governo Mário Covas, e ido até 2013, passando pelos também tucanos Geraldo Alckmin e José Serra.

Apesar de a Siemens negar pagamento de propina a políticos, o ex-diretor da empresa Everton Rheinheimer disse à Polícia Federal ter ouvido que Rodrigo Garcia, Edson Aparecido e Arnaldo Jardim receberam suborno. Todos negam.

José Aníbal foi citado pelo ex-executivo como alguém que tinha “estreito relaciona-

mento” com um lobista já indiciado sob suspeita de repassar propina a políticos.

Ontem, Rodrigo Garcia disse, por meio de nota, que o envolvimento de seu nome no caso é “despropositado e oportunista”, que o parecer da Procuradoria é baseado “nas absurdas e mentirosas alegações do delator” e que em 16 anos de vida pública sempre agiu “com ética e visando o interesse público”.

Procurado, José Aníbal não se manifestou até a conclusão desta edição.

## EXECUTIVOS

Em outra frente de investigações do cartel dos trens, a Justiça de São Paulo aceitou um das cinco ações apresentadas pelo Ministério Público contra 30 executivos, o que levou à abertura de ação penal contra dez acusados.

Agora são réus diretores e ex-executivos das empresas Alstom, Bombardier, Temoin-sa, CAF, Mitsui, TTrans e Tejofran. Eles são acusados de combinar os resultados e fraudar licitações de reforma de trens da CPTM, em meados da década de 2000.

Outra das cinco ações, contra 12 executivos, foi rejeitada. As demais ainda serão analisadas. (SEVERINO MOTTA E FLÁVIO FERREIRA)

CONTINUA

02 ABR 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### CARTEL NOS TRANSPORTES

Ministério Público pede continuidade de investigações contra ex-auxiliares de Alckmin



#### Admissão

O ex-diretor da Siemens Everton Reinheimer afirmou à PF que a empresa aprovava o pagamento de propina a políticos para obter contratos com o Metrô e a CPTM



#### Os acusados

Ele citou quatro beneficiários da propina: Edson Aparecido (PSDB), Rodrigo Garcia (DEM), José Aníbal (PSDB) e Arnaldo Jardim (PPS), todos ligados ao governo tucano em São Paulo



#### A investigação

Como os nomes citados por Reinheimer têm foro privilegiado, a PF remeteu o inquérito ao STF



#### O parecer

Ontem, a Procuradoria-Geral da República enviou parecer ao Supremo no qual se manifesta pela continuidade das investigações apenas contra José Aníbal e Rodrigo Garcia

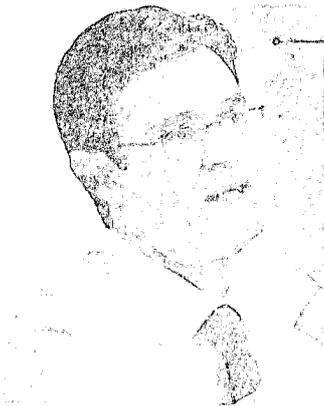


#### José Aníbal (PSDB)

ex-secretário de Energia do governo Alckmin, presidiu a Comissão de Transportes da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo)

#### O que ele diz

À época dos fatos citados por Reinheimer, em 2005, era vereador em São Paulo, não deputado



#### Rodrigo Garcia (DEM)

ex-secretário de Desenvolvimento Econômico de Alckmin e deputado federal licenciado, presidiu a Comissão de Transportes da Alesp

#### O que ele diz

Nunca falou de propina com Rheinheimer nem esteve com ele quando presidiu a comissão